

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v3n2p147-164>

GÊNERO E NARRATIVAS: UMA ANÁLISE DO PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

GENDER AND NARRATIVES: AN ANALYSIS OF THE “PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO”

Laura Lima de Souza Santos*

Resumo: Este artigo parte da problemática da desigualdade de gênero que assola a sociedade brasileira, focando principalmente na insistente divisão sexual do trabalho, mesmo com a escolarização cada vez maior das mulheres, e na ausência de mulheres nas carreiras científicas e acadêmicas, dois fatores que impulsionaram a criação do Programa Mulher e Ciência, em 2005, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Uma das ações desse Programa foi o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que é o objeto de análise deste trabalho, no qual estudantes de diferentes níveis de ensino foram instigados a pensar questões que envolvessem essas temáticas. O objetivo do Prêmio era estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país. Este artigo pretende analisar as redações premiadas da categoria estudantes de Ensino Médio, a fim de compreender se o objetivo supracitado foi alcançado.

Palavras-chave: Política para as Mulheres. Igualdade de Gênero. Mulher e Política.

Abstract: This article starts with the issue of gender inequality in the Brazilian society, focusing mainly on the insistent sexual division of labor and in the absence of women in scientific and academic careers, two factors that drove creation of the “Programa Mulher e Ciência” in 2005 by the Secretaria de Políticas para as Mulheres, in Brasil. One of the actions of this Program was the “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”, which is the object of analysis of this article, where students from different educational levels were prompted to think about issues involving these thematic. The purpose of the award was to stimulate and strengthen critical reflection and research on the existing inequalities between men and women in our country.

Keyword: Politics for Women. Gender Equality. Woman and Politics.

*Mestranda no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da rede particular de ensino. Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com Pós Graduação em nível de Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras (IFRJ).

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, realizada pelo IBGE em 2016 possibilitou a realização do material Estatísticas de Gênero, produzido pelo próprio IBGE com a intensão de “colocar a igualdade de gênero como um dos eixos estruturantes da formulação de políticas públicas no País” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018, p. 1). Esse material organiza os indicadores em cinco eixos: 1. Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; 2. Educação; 3. Saúde e serviços relacionados; 4. Vida pública e tomada de decisão; e 5. Direitos humanos das mulheres e meninas. No que se refere à educação, percebemos resultados mais positivos para as mulheres do que para os homens. Isso pode ser explicado pela taxa de evasão escolar ser maior para os homens, que entram mais cedo no mercado de trabalho, como expressão dos papéis de gênero socialmente construídos pela sociedade patriarcal. Gerando, dessa forma, uma presença maior de mulheres em todos os níveis de ensino.

Como resultado dessa trajetória escolar desigual, relacionado a papéis de gênero e entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, as mulheres atingem em média um nível de instrução superior ao dos homens. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível “superior completo”, especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem, de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018, p. 6).

No entanto, quando a perspectiva de observação se volta para o campo do trabalho/carreira, é possível perceber uma gritante divisão sexual do trabalho, no qual mulheres optam pelas carreiras que demandam maior cuidado e atenção com pessoas, como a área de Educação, enquanto os homens escolhem as áreas técnicas e científicas, como as Engenharias. Essas escolhas são decisivas na disparidade salarial entre os gêneros¹, uma vez que as áreas majoritariamente

¹ O conceito gênero nasce com a pretensão de desnaturalizar a opressão sofrida pelas mulheres em uma sociedade patriarcal e, ao longo dos anos, foi sendo apropriado e interpretado de forma diferente entre as autoras e autores. Nesse trabalho, gênero aparecerá como “um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.14), uma vez que se trata de uma análise

femininas são as que têm menor remuneração, enquanto as masculinas têm maiores vencimentos.

A desigualdade de gênero nas profissões, mesmo com a escolarização cada vez maior das mulheres, e a ausência de mulheres nas carreiras científicas e acadêmicas são pautas do movimento feminista², que impulsionaram a criação do Programa Mulher e Ciência, em 2005, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPQ/MCTI), o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Educação Básica (SEB), a ONU Mulheres, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Programa Mulher e Ciência foi estruturado a partir de três eixos: 1) Edital de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; 2) Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero; e 3) Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências.

O objeto de análise deste trabalho é o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, onde estudantes desde o Ensino Médio até o doutorado foram instigadas (os) a pensar questões que envolvessem essas temáticas. O objetivo do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero era “estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país, e sensibilizar a sociedade para tais questões”. Este artigo pretende analisar as redações premiadas da categoria estudantes de Ensino Médio, a fim de compreender se este objetivo foi alcançado.

relacional entre os valores e lugares socialmente construídos para homens e mulheres, e, por isso, será utilizado aqui de forma transversal, com o objetivo de pensar e entender as desigualdades existentes entre eles e elas.

² O conceito feminismo será entendido aqui como “o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado” como define Marcia Tiburi (2018, p. 12).

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A legislação imperial do Brasil ignorava a existência das mulheres na sociedade brasileira. Os primeiros anos republicanos colaboraram com esse apagamento, reforçando o poder patriarcal. Em 1916, o Código Civil previa que as mulheres casadas fossem tuteladas pelos maridos, sendo impossibilitadas de decidir sobre suas próprias vidas (MELO; THOMÉ, 2018, p. 150). Esse cenário foi alterado apenas em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121).

A primeira proposta de uma política pública para as mulheres no Brasil foi apresentada em 1936 à Câmara Federal pela então deputada Bertha Luz, que havia assumido o mandato por ocasião da morte do titular do cargo. A proposta abordava questões relativas ao trabalho feminino, assistência à mulher e previdência social das trabalhadoras. O projeto, que foi elaborado junto com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização presidida por Bertha, “previa a transversalidade da política pública por meio de ações conjuntas entre educação, trabalho e justiça” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 150), mas não chegou a ser votado por conta do golpe que instituiu o Estado Novo, do então presidente Getúlio Vargas, em 1937. Até a promulgação da Constituição de 1988, o movimento feminista brasileiro teve algumas poucas conquistas, como o Estatuto da Mulher Casada, em 1962, e a Lei do Divórcio, em 1977.

A primeira vez em que se reconheceu no Brasil a necessidade de se criar políticas públicas com recorte de gênero foi em 1985, com a criação do Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM), como órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Em 2003, criou-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), vinculada diretamente à Presidência da República, que incorporou o Conselho Nacional de Direito da Mulher em sua estrutura. A SPM/PR nasce com o objetivo de assegurar que o Estado seja capaz de combater as profundas tradições culturais patriarcais brasileiras, promovendo a igualdade social e de gênero, ambas articuladas ao processo de crescimento econômico e social do país (BRASIL, 2014a, p. 10).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres sofreu alguns baques no final do segundo governo da Presidenta Dilma Roussef e no governo Temer. Em 2015, foi unificada com outras duas secretarias: Secretaria da Igualdade Racial e Secretaria dos Direitos Humanos. A unificação dessas três secretarias formou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, mas cada órgão continuou com seus orçamentos próprios. Com o golpe de 2016, esse Ministério recém criado foi extinto e a Secretaria foi transferida para o Ministério da Justiça. Após uma grande pressão popular e de movimentos sociais, o Ministério dos Direitos Humanos foi restabelecido em fevereiro de 2017, englobando as antigas secretarias.

A SPM sempre valorizou a participação social na formulação de políticas públicas, prova disso é ter realizado três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007, 2011), que resultaram nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), a fim de atender às demandas dos movimentos feministas. Esses Planos Nacionais, em sua concepção, serviam para orientar a atuação e o estabelecimento de metas quantificáveis, e deveriam ser aplicados como eixos transversais na atuação dos ministérios e demais órgãos federais.

O último PNPM disponível para download no site da SPM é o de 2013-2015, como resultado da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que ocorreu em 2011, que orienta atuações dos órgãos públicos a fim de atingir a equidade de gênero nesses anos. O documento dispõe de uma seção destinada à educação, chamada “Educação para igualdade e cidadania”, na qual deixa clara a perspectiva de que a educação é “um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais” (BRASIL, 2013a, p. 22) e apresenta como um dos objetivos gerais a “consolidação na política educacional da perspectivas de gênero, bem como de raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã.” (BRASIL, 2013a, p. 23).

A 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aconteceu em 2016, mas suas deliberações não puderam ser organizadas em um novo Plano Nacional de Políticas para Mulheres por conta das mudanças estruturais que se seguiram ao golpe que tirou a então presidenta Dilma Roussef do poder.

Por conta dos altos índices de violência à mulher apresentados pelo Brasil, um dos principais focos de atuação da SPM é o do direito a viver livre de violências. Nesse âmbito, a Lei Maria da Penha, de 2006, aparece como fio condutor para a formulação e aplicação de políticas voltadas para a erradicação da violência contra mulher no Brasil. Algumas políticas públicas foram criadas a fim de garantir a aplicabilidade da lei Maria da Penha, como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ambos de 2007. Dentro das demandas do Pacto estão o Programa Mulher Viver sem Violência (2013), a criação da Casa da Mulher Brasileira e o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

No que diz respeito ao campo político, a atuação da Secretaria de Política para as Mulheres visa a ampliação da presença de mulheres nos espaços de poder. Entendendo que a sub-representação feminina nos ambientes de tomada de decisão contribuem para a manutenção das desigualdades de gênero no Brasil, a SPM lançou em 2008 a campanha *“Mais Mulheres no Poder”*, com caráter permanente e, em 2009, instalou uma Comissão Tripartite para discutir a legislação eleitoral em relação às cotas por sexo.

Buscando diminuir a diferença salarial entre homens e mulheres e a ocupação desproporcional dos cargos de chefia das empresas por homens, a SPM criou em 2005 o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Outra ação importante da SPM no âmbito das relações de trabalho foi a aprovação da chamada PEC das domésticas, que assegurou a essa categoria direitos que antes lhe eram negados. Já na área da saúde a SPM tem atuado na defesa da saúde integral das mulheres e de seus direitos sexuais e reprodutivos, a partir de políticas articuladas entre o governo federal e estaduais.

No que tange à área da Educação – que é o foco de observação deste trabalho – as ações de maior notoriedade da SPM foram o Programa Mulher e Ciência e os cursos Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

O Programa Mulher e Ciência, lançado em 2005, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência e Tecnologia; o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e do Departamento de Políticas do Ensino Médio/Secretaria de Educação Básica; e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), hoje ONU Mulheres.

De acordo com o site da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, o programa visa “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País, bem como promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas” e apresenta as seguintes linhas de ação: Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero; Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos; Pensando Gênero e Ciências; e Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação.

A parceria com outros órgãos do governo como Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) viabilizam o apoio financeiro para esses projetos. No caso dos “**Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos**” foi destinado um valor total de 21 milhões de reais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Já o Edital “**Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação**” contou com o investimento de 10,9 milhões de reais, na sua primeira edição em 2014.

Pode-se observar que as linhas de ação do Programa Mulher e Ciência são voltadas para comunidade acadêmica e científica, com exceção para o “**Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**” que é dividido em categorias de premiação da seguinte forma: 1 - Mestre e Estudante de Doutorado, 2 - Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado, 3 - Estudante de Graduação, 4 - Estudante de Ensino Médio (subdividido em premiação de Redação nacional e estadual); e 5 - Escola Promotora de Igualdade de Gênero. Sendo as três primeiras categorias destinadas à artigos científicos, a 4ª categoria para redações feitas pelos próprios alunos e alunas do Ensino Médio da Rede Pública de Educação, e a 5ª destinada à projetos pedagógicos, feitos, em sua maioria, de forma individual pelos professores e em turmas específicas, não se caracterizando com um projeto político-pedagógico das escolas premiadas.

3 PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero aconteceu entre 2005 e 2014, totalizando dez edições com 26.864 inscrições distribuídas por 5 categorias. O Prêmio é uma forma de acompanhar e avaliar a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, principalmente, mas não exclusivamente, no âmbito da educação. Para Hildete Pereira de Melo e Maria Lucia de Santana Braga, O Prêmio se constituiu, ao longo dos anos, como um relevante indicador sobre o crescimento da cultura de direitos humanos nas escolas (MELO; BRAGA, 2018, p. 160).

Os resultados dos Prêmios, bem como os textos premiados, foram publicados no ano seguinte à realização do Prêmio em questão³. A análise dos trabalhos desenvolvidos pelos participantes do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, levando em consideração o gênero dos participantes, sua faixa etária e os temas escolhidos, nos permite avaliar se o objetivo de “estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país, e sensibilizar a sociedade para tais questões”, proposto pela Secretaria de Política para as Mulheres, foi alcançado. Nesse artigo, usaremos apenas as redações premiadas da categoria Estudantes de Ensino Médio nas etapas nacionais das dez edições do Prêmio. A escolha por esse recorte vem do entendimento de que é a partir da educação básica que se começa um processo de transformação social, visando, dentre outras conquistas, a equidade de gênero.

O primeiro prêmio aconteceu em 2005 e teve apenas três categorias: estudantes de ensino médio, estudantes do ensino superior e estudantes de pós-graduação, tendo recebido a inscrição de 1587 trabalhos: 1270 redações de estudantes do ensino médio, 141 trabalhos de estudantes do ensino superior e 176 trabalhos de estudantes de pós-graduação.

³ Essa pesquisa só foi possível porque as publicações em questão encontravam-se disponíveis no site da extinta Secretaria de Política para Mulheres, mas foram retiradas do ar no início de 2019 pela atual gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão no qual a SPM foi incorporada sem continuidade de seus projetos.

Do total de trabalhos enviados, 71% foram apresentados por estudantes do sexo feminino e 29% do sexo masculino. O Sudeste foi a região com maior número de inscritas/os, com 654 trabalhos, seguida da região Nordeste, que contou com 433 inscrições (BRASIL, 2006, p. 13). Na categoria estudantes de ensino médio, foram 4 as redações premiadas, uma delas é intitulada “Terezas – Mulher”, da autora Juliana Melcop de Castro, e trata não só de questões de gênero como de problemáticas sociais e regionais, como podemos observar no seguinte trecho:

Sofre preconceitos horrendos, mesmo sem conhecimento deles; não por sua cor, causticada, nem por seu credo, forte, ou por seu destino, mulher. Discriminada pelo ser social: pobre. A duras penas, tece o laço que fecha mais um ciclo no solo semiárido e embala mais uma negrinha subnutrida no seu seio seco. (BRASIL, 2006, p. 23).

Aqui a autora expressa sua interpretação de que a classe social é mais determinante na experiência de vida de uma pessoa do que as questões identitárias, ao apresentar a pobreza como elemento principal para a condição discriminada da personagem, que, para a autora, não é um ser individual, mas representa as mulheres brasileiras de modo geral.

A segunda edição do Prêmio, em 2006, contou com 1.645 trabalhos no total, sendo 1.284 redações de estudantes do ensino médio, 154 artigos científicos de estudantes de graduação e 207 artigos científicos de estudantes de pós-graduação. Das redações de estudantes de ensino médio, 30,74% foram escritas por meninos e 69,26% por meninas (BRASIL, 2007, p. 10). Nesse ano, a autora do trecho citado acima é premiada novamente, dessa vez falando sobre o aborto, sem deixar de lado a preocupação com a desigualdade social e as questões políticas:

Deixar viver a criança, um outro eu... Vai embora de qualquer jeito: pela fome, pela indiferença, pela morte. Não adianta argumentar que ele pode ser feliz: quem vai apresentar a boa sorte ao meu filho, se eu própria não a conheço? Aqueles que por mim nunca fizeram nada? O governo, que vira as costas? Os dos condomínios fechados, os artistas, os banqueiros, os fiscais, cada um continua seu caminho, descrito miúdo desde o descobrimento desse país. Sou aquela ex-escrava, depois a mulata encardida, a menina pobre sem modos, moca negra de pouca educação, mulher-da-vida que não teve oportunidade. Está obvio: é sina. Ainda não vi sinal de mudança; o que importa isso aos outros? (BRASIL, 2007, p. 16).

Nesse trecho podemos observar uma crítica social com argumentos muito bem construídos acerca das problemáticas que atingem a mulher negra e pobre no Brasil. A opção pelo aborto se dá por conta de uma preocupação com o futuro da criança que nasceria caso o aborto não fosse feito, um futuro que a autora consegue prevê, pois entende como uma continuidade da sua própria experiência, uma vida marcada pelos produtos da desigualdade social.

Em 2007, no seu terceiro ano de existência, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero atingiu um total de 620 participantes na categoria estudantes de Ensino Médio, dos quais 40% foram homens e 60% mulheres. Em relação às regionalidades: 36% dos participantes eram da região Sudeste, 35% do Nordeste do país, e os demais das outras regiões (BRASIL, 2008, p. 192).

No trecho a seguir, retirado de uma redação do Leonardo Francisco de Azevedo, então estudante de ensino médio de Minas Gerais, podemos ver como o Prêmio tinha o potencial de sensibilizar os meninos e colaborar para uma experiência empática, onde eles pudessem identificar as mazelas de uma sociedade machista e até trocar de papel social em uma narrativa ficcional:

Hoje, penso em tudo que vi e vivi naquela experiência louca e decido que não continuarei nessa minha posição. Deixei de lado meus estudos, minhas vontades, meus sonhos para agradar o meu marido, esperando que ele me desse um futuro bom e promissor, mas ganhei em troca essa mísera casa no subúrbio, estando vulnerável a todo e qualquer tipo de violência.

Basta! Foram muitas as mulheres que já ralaram e lutaram nessa vida contra essa nossa posição imposta. Está na hora de sair dessa minha inércia e tornar a atriz principal da minha vida. E vou começar agora... (BRASIL, 2008, p. 201).

É interessante observar que o texto foi escrito em primeira pessoa e usando o gênero feminino, mas foi escrito por um menino. Isso pode significar diversas coisas, como, por exemplo, que o rapaz expôs uma experiência de empatia, como dito acima. Mas, também, pode-se tratar de um caso de uma mulher transexual, se expressando no seu gênero, mas tendo que cumprir as regras morais e assinar com seu nome de registro. Não sabemos se esse “mistério” inerente à literatura foi usado de forma intencional ou não, o que enriquece ainda mais o texto.

Na quarta edição do Prêmio, em 2008, houve um aumento de 301% nas redações recebidas para a categoria estudantes de ensino médio, totalizando 2299, o que mostra um possível engajamento dos alunos e das escolas (BRASIL, 2009, p. 11).

Com o título “Sementes no chão”, uma das redações premiadas evidenciou o cotidiano de uma casa onde há violência contra a mulher, parecendo ser até mesmo um relato pessoal do próprio autor, o estudante Jefferson Rocha, do Maranhão. Segue o trecho:

Nunca me esqueci das inúmeras vezes que tive que esconder meus irmãos das terríveis brigas que meus pais tinham. Chorava, implorava para que parassem, mais quase sempre minha mãe saía muito machucada, ficando até mesmo alguns dias sem trabalhar. Enfim, há tantos outros casos, uns mais emocionantes que os outros... Todas elas, mulheres que tinham no espírito a força de lutar não só contra um inimigo delas – a própria sociedade, mas um inimigo de todos: o mau uso da educação na sociedade. (BRASIL, 2009, p. 155)

Aqui o autor apresenta sua análise sobre as razões da violência contra mulher, entendendo que não se trata de um problema particular, mas de uma construção social forjada a partir do baixo investimento em educação na sociedade brasileira.

Em 2009, a categoria Estudante de Ensino Médio recebeu a inscrição de 2.976 redações no total. Mais uma vez, houve maioria de inscrições femininas, com 65% das redações (BRASIL, 2010a, p. 130). Um tema que começou a surgir dentre os textos premiados foi a transfobia no ambiente escolar, como é o caso da redação do “Diário de um transexual”, texto da Nathália Gomes, de Goiás:

O tempo foi passando ao decorrer das páginas, já estava adolescente e me via isolado na escola e tentando inventar um sorriso para que a minha mãe acreditasse que nessa escola tudo ia ser diferente. Fotos sucessivas com o mesmo sorriso, mas com fachadas de escolas diferentes e com pessoas com o mesmo olhar de preconceito. (BRASIL, 2010a, p. 133)

A autora apresenta de forma muito sensível uma experiência que parece ser sua, tratando da problemática da transexualidade em uma época que esse tema não

tinha a repercussão que tem hoje, 10 anos depois. É uma denúncia forte, competente e, acima de tudo, corajosa.

O sexto Prêmio aconteceu em 2010. Nesse, a categoria Estudante de Ensino Médio recebeu inscrições de 3.951 redações, das quais 44,5% eram dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Do total de inscrições, 65,1% foram de mulheres e 34,9% de homens (BRASIL, 2010b, p.167). As três redações premiadas tratavam de assuntos muito polêmicos como prostituição, estupro e violência contra a mulher. A estudante Ana Paula Chudzinski Tavassi, escolheu falar sobre assédio sexual e objetificação da mulher em seu texto intitulado “Anastasia”. Segue um trecho:

Faz seu caminho por entre a multidão naquele corredor estreito, uma mão tenta passar os dedos por suas pernas, um tapa, um xingamento. Não, não foi nossa personagem quem xingou, foi o homem ali do banco do lado, que ficou estressado com a resposta de Anastasia. Ao que parece, mulher é para ser olhada, tocada, emudecida e objetificada (BRASIL, 2010b, p. 180).

A autora não só narra com riqueza de detalhes uma situação de assédio sexual que, infelizmente, é muito corriqueira nos transportes públicos no Brasil, mas também faz uma denúncia muito clara ao silenciamento e à objetificação das mulheres nesta sociedade.

Em 2011, a sétima edição do Prêmio recebeu 3.965 inscrições. A categoria Estudante de Ensino Médio continuou sendo a que apresenta maior número de participações, recebendo a inscrição de 3.376 redações vindas de todas as Unidades da Federação brasileira. Deste total, 66,74% foram inscritas por pessoas do sexo feminino e 33,26% do sexo masculino. O Sudeste se manteve como região com maior quantidade de inscrições. O grande campeão foi o estado de Minas Gerais com 24,26%, seguido de São Paulo com 16,68% (BRASIL, 2011, p. 153).

Feminismo e valorização da representatividade feminina são temas que aparecem com uma certa recorrência nas redações premiadas de um modo geral, como é o caso da redação “As mulheres que carreguei” de Simone Fávero Taietti, de Santa Catarina:

Não há como esquecer também de Olga Benário Prestes, a judia alemã que muito lutou no Brasil. Confesso que, na primeira vez que a vi, fiquei encarando seus olhos claros por alguns segundos. Eram olhos aparentemente tão frágeis, mas que tinham uma força imensurável, um símbolo de repressão e de amabilidade em um mesmo contexto.

Vi, também, as almas de todas estas mulheres buscarem em mim o que desconhecera por toda vida, um pouco de paz e o reconhecimento de igualdade humana (BRASIL, 2011, p. 166).

Nesse trecho podemos perceber que a autora faz um movimento de resgate das histórias das mulheres que nos foram roubadas pela História oficial, na qual só os homens brancos atuaram no processo de independência, na construção de uma nacionalidade, na oposição aos governos autoritários, entre outras conquistas. A autora se coloca no papel de fazer valer a luta de todas as mulheres que tiveram alguma importância histórica, não só no Brasil mas no mundo todo.

A oitava edição do Prêmio, que aconteceu em 2012, recebeu 4.105 redações inscritas de todo o Brasil na categoria estudantes de ensino médio, o que significou um crescimento de 22% em relação à sétima edição. Dessas, 66% foram de autoras e 33% de autores (BRASIL, 2013b, p.191).

A estudante Tairine Aparecida Tiburcio de Oliveira, de Mato Grosso do Sul, foi premiada pela redação “Mulheres Itacira rasgando desigualdades”, na qual relata experiências regionais de uma aldeia indígena, a desigualdade social e o machismo, como podemos ver no trecho a seguir:

O governo substituiu a tribo onde minha mãe vivia por civilização. Sua tribo era uma das últimas que havia conseguido se manter em um mundo globalizado e prioritariamente urbano, mas logo teve que se adaptar ao modo de vida de acordo com o sistema capitalista. A região foi tomada pela urbanização, era inconcebível deixar os índios viverem pelos entornos da sociedade.

Sou sim uma contestadora e questionava toda vez que via minha mãe servir comida para o meu pai e levar até o sofá onde o mesmo estava sentado. A maioria das mulheres administra melhor suas famílias que os homens, era assim em minha casa, portanto não fazia sentido ele ser o chefe do lar. O comportamento submisso materno por dependência financeira me incomodava, queria que ela tivesse teimado com ele, arrumado um emprego para depender do seu próprio dinheiro e assim tornar-se um pouco mais emancipada. Mas é claro que mulher encontra grandes desafios no mercado de trabalho. É como li nos livros e como percebo no cotidiano, mulher não tem voz. Percebi que o gênero impõe seu valor na sociedade e o

seu grau de influência, você tem valor de acordo com o que biologicamente possui como órgão genital. (BRASIL, 2013b, p. 201).

Vemos que além de criticar as medidas autoritárias do governo, que trouxeram modificações indesejadas para sua região e seu povo, a autora de origem indígena contesta as bases morais do patriarcado ao apontar seu incômodo com as situações de submissão pelas quais as mulheres de sua aldeia passavam, mas entendendo que não se tratava de um problema regionalizado e sim de um problema social nacional.

Em 2013, ano da nona edição do Prêmio, houve uma diminuição significativa no número de inscrições na categoria estudantes de ensino médio, que pode ser explicada por uma divulgação deficitária por conta do orçamento mais baixo destinado ao Programa. Foram inscritos 1430 trabalhos, 64,76% de mulheres e 35,24% de homens (BRASIL, 2013c, p. 170).

Nesse ano, houve um relato pessoal, uma espécie de denúncia, de uma das estudantes que foram premiadas. A redação intitulada “Mas era só brincadeira” – um estudo de caso da violência contra a mulher, da autora Nathalya Lomonaco Macchia. Ela relatou um episódio de violência que aconteceu com sua irmã mais nova em uma atividade escolar, dando detalhes para a postura dos gestores da escola em tentar “abafar o caso”, segundo palavras suas. Ela termina a redação com as seguintes palavras:

A violência de gênero não possui esse tipo de controle: é algo que está perto, não necessariamente em atitudes físicas, mas em frases, comentários, toques. Nesse sentido, eu, ao presenciar a violência sendo cometida tão perto, com minha irmã, não pude me calar. A responsabilidade é minha, e nossa, para encerrar e desnaturalizar todas essas formas de violência (BRASIL, 2013c, p. 185).

Essa redação é carregada de muita emoção, que a autora consegue transmitir para as (os) leitores de forma lúcida e competente. Sem dúvidas, se trata de uma carta-denúncia de um machismo institucional, mas a autora divide a responsabilidade da violência contra a mulher com toda a sociedade, acreditando ser a conscientização a única forma possível de mudança desse cenário.

A décima e última edição do Prêmio, em 2014, recebeu 1495 redações de estudantes de ensino médio. Nessa edição, a diferença entre inscritos por gênero diminuiu, sendo 55% das inscrições feitas por mulheres e 45% por homens. Mais uma vez, o estupro foi um dos temas das redações premiadas (BRASIL, 2014b, p. 164). O trecho a seguir é da redação da aluna Maria Beatriz Pinto, de Minas Gerais.

O estupro aconteceu num lugar onde eu me sentia feliz e segura, e veio de quem eu nunca imaginaria. Então, nem todo o feminismo do mundo e nem toda a consciência política foram capazes de me convencer de que a culpa não era minha, nem de apagar a vergonha e a humilhação que eu sentia a cada olhar que insinuava minha imprudência. (BRASIL, 2014b, p. 178).

Mais uma vez, a redação serviu como denúncia. Neste caso, a jovem relata um episódio de estupro que, aparentemente, havia acontecido com ela mesma. Levantando temas muito caros à luta feminista, como a culpabilização da vítima e a insegurança do ambiente doméstico, a autora faz críticas bem argumentadas sobre a estrutura patriarcal da sociedade brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os textos apresentam uma perspectiva interseccional⁴, pois analisam as questões sociais a partir da tríade gênero, raça e classe. O que expressa uma realidade da sociedade brasileira, atravessada pelo colonialismo, pela escravidão e pelo patriarcado, razões de violências e desigualdades que enfrentamos até hoje.

Impressiona a qualidade linguística, gramática e – principalmente – crítica dos textos. São argumentos muito bem construídos a partir não só das próprias experiências dos estudantes, mas também de uma atenção aos problemas sociais e, além disso, de um conhecimento – mesmo que ainda incipiente – de temas e conceitos discutidos em ambientes acadêmicos e nos movimentos sociais como machismo, feminismo, gênero, entre outros.

⁴ Essa é uma abordagem utilizada principalmente pelas feministas negras.

A análise dos conteúdos das redações nos permite observar que elas se tornaram um “espaço” seguro para que os adolescentes pudessem tratar de assuntos historicamente silenciados como a violência contra a mulher, a homofobia e a transfobia, por exemplo.

As redações para os estudantes de Ensino Médio não precisavam seguir nenhum padrão pré-determinado, então houve bastante diversidade nos estilos textuais escolhidos pelos alunos. O estilo que mais apareceu foi o conto. Em relação aos temas, o machismo e a resistência a ele, em forma de feminismo, foram os temas mais frequentes nas redações premiadas, com ênfase para os casos de violência contra a mulher. Homofobia e transfobia também apareceram, em textos muito sensíveis. Outro tema recorrente é a desigualdade de gênero no ambiente familiar (diferentes relações dos pais e mães com seus filhos e filhas) e no âmbito do trabalho, bem como as especificidades da vida em diferentes regiões do país, como a Amazônia e o sertão, por exemplo.

Uma prevalência de inscrições de redações escritas por mulheres se manteve ao longo dos anos. Também podemos perceber uma constância na maioria das inscrições por parte da região Sudeste, talvez pela maior facilidade do acesso à informação da escola sobre o Prêmio⁵.

Ao colocar no papel suas indagações sobre a realidade desigual entre homens e mulheres, cisgênero ou transgênero, homossexuais ou heterossexuais, os estudantes estão refletindo criticamente sobre as desigualdades existentes na sociedade, dessa forma, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero alcança um de seus objetivos. E ao disponibilizar esses textos em um ambiente digital (site da SPM), a SPM amplia o acesso à informação, cumprindo também o objetivo de sensibilizar a sociedade para tais questões. Desse modo, pode-se dizer que o Prêmio cumpriu os seus objetivos nos 10 anos de sua existência.

⁵ As publicações produzidas pela SPM sobre os Prêmios não fazem menção aos indicativos de raça e classe, por isso eles não foram analisados nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2006.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2007. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações e artigos científicos vencedores – 2008. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações e artigos científicos vencedores – 2009. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010a.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013c.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **10º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2014. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014b.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

MELO, Hildete Pereira de; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. Relações de Gênero, ciência e educação: os avanços do Programa Mulher e Ciência. *In*: BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDRADE, Denise Almeida; MACHADO, Mônica Sapucaia. **Carta das Mulheres brasileiras aos constituintes**: 30 anos depois. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Recebido em 27/03/2019.

Aceito em 09/09/2019.